

Escola de Frankfurt, Foucault e neoliberalismo

Entrevista com Thomas Lemke

Por Eduardo A. C. Santos e Bruna D. T. de Carvalho Lima

Tradução do inglês de Eduardo A. C. Santos e Bruna D. T. de Carvalho Lima

Thomas Lemke, sociólogo alemão, professor de sociologia na Goethe Universität, em Frankfurt am Main, concedeu-nos esta entrevista em outubro de 2015, abordando temas como sua trajetória acadêmica, seu contato com a obra de Michel Foucault, a relação com a Escola de Frankfurt e a análise das noções de “neoliberalismo” e “governamentalidade”.

Você poderia descrever brevemente sua trajetória profissional e acadêmica até agora?

Estudei ciência política, sociologia e direito na Universidade Goethe entre o final dos anos de 1980 e início da década seguinte. Escolhi estudar em Frankfurt porque estava interessado em teoria crítica e durante minha formação me especializei em teoria materialista do Estado, uma área de pesquisa que naquela época era promovida por Joaquim Hirsch e Josef Esser (intimamente ligada ao trabalho de Bob Jessop na Universidade de Lancaster). Como o tema de meu doutorado era a teoria da regulação francesa, uma teoria neomarxista muito importante nos anos de 1980, fui a Paris para melhorar o meu francês e me aprofundar nesse ramo particular da teoria materialista do Estado. No entanto, o encontro com a obra de Michel Foucault enquanto estava em Paris provocou uma mudança significativa no tema de minha pesquisa. Abandonei meu projeto original quando ouvi dizer que Foucault havia feito uma “genealogia do Estado” nas séries de palestras ministradas no Collège de France entre 1978 e 1979, contando com uma compreensão particular e inovadora

de governo. Essas palestras estavam – com a exceção de uma – disponíveis apenas em fitas de áudio. Decidi, então, ouvir e transcrever as fitas no arquivo Foucault em Paris. Eu as relatei com o trabalho anterior de Foucault sobre o poder e com seus escritos tardios sobre subjetividade. Além disso, vinculei seu interesse por governo (e sua noção de “governamentalidade”) aos trabalhos de intelectuais influenciados por seus escritos, como, por exemplo, Castel, Donzelot, Ewald e outros. Curiosamente, permaneci ligado ao meu interesse de pesquisa original a respeito de uma teoria materialista do Estado ao passar de uma perspectiva neomarxista para uma perspectiva genealógica sobre o poder estatal. Retrospectivamente, foi uma dinâmica estranha de mudança e continuidade, fidelidade e traição.

De qualquer modo, o livro que resultou disso tudo recebeu o título de *Eine Kritik der politischen Vernunft: Foucaults Analyse der modernen Gouvernementalität* [Uma crítica da razão política: análise foucaultiana da governamentalidade moderna] [Lemke, 1997] e foi publicado em 1997 pela Argument, uma pequena editora da ala esquerda na Alemanha. Pensei que o livro iria ser do interesse de apenas um pequeno e limitado círculo de intelectuais e acadêmicos (minha estimativa na época era de que o livro vendesse no máximo trezentos exemplares), mas, por sorte, estava errado. O livro recebeu ótimas resenhas e vendeu extremamente bem. A principal tese do trabalho é que há uma transformação considerável na problemática sobre o poder na obra de Foucault, o que raramente é levado em conta. No centro desse “deslocamento teórico” (Foucault) está a noção de governo, desenvolvida principalmente nos cursos – naquela época inéditos – ministrados no Collège de France entre 1978 e 1979. Creio que esses cursos tenham sido fundamentais para compreender a mudança que Foucault empreendeu em seu projeto da *História da sexualidade* e seu interesse tardio por formas pré-cristãs de subjetividade. A noção de governo também foi essencial para entender a diferenciação que ele faz posteriormente entre poder e dominação e o modo como ele complementa e revisa sua concepção de biopolítica. Ao apresentar a obra de Foucault sobre formas liberais e neoliberais de governo pela primeira vez, meu livro também contribuiu para repensar a crítica dirigida às formas contemporâneas do neoliberalismo. Acho que foi justamente esse aspecto do livro que ajudou a estimular o interesse pela obra de Foucault sobre governo como uma “história do presente”.

Depois de receber o título de PhD em ciência política na Universidade Goethe, consegui um trabalho como professor assistente em sociologia na Faculdade de Economia e Ciências Sociais na Universidade de Wuppertal. Lá trabalhei na área de sociologia organizacional, tentando combinar uma abordagem neomarxista desenvolvida por Klaus Tuerk com o trabalho de Foucault sobre governo [Lemke, 1999]. Durante o período em que permaneci em Wuppertal, que durou até 2006,

quando obtive minha *habilitation*, estava interessado no impacto político-social das tecnologias genéticas e biomédicas. No Instituto de Pesquisa Social, em Frankfurt, realizei um projeto de pesquisa sobre discriminação genética e a noção de risco genético [Lemke, 2013]. Em 2007, fui premiado com uma bolsa Heisenberg da Comunidade Alemã para a Pesquisa [Deutsche Forschungsgemeinschaft], que foi convertida em um magistério Heisenberg um ano depois. Desde setembro de 2008, sou professor de sociologia com foco em “biotecnologia, natureza e sociedade” na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Goethe e desde o ano passado também sou professor honorário na Universidade de New South Wales, em Sydney.

Você poderia comentar um pouco como foi a recepção da obra do Foucault na Alemanha? Como ela começou e qual é o lugar que ela ocupa hoje?

Até meados dos anos de 1990 havia um interesse, antes de tudo, filosófico, e a recepção de seus escritos era, no geral, negativa. A maior parte dos intelectuais não se dava ao trabalho de ler Foucault, uma vez que eles já sabiam o que iriam encontrar. O debate era dominado por interpretações muito influentes de Jürgen Habermas [1985] e Manfred Frank [1983]. Isso só mudou realmente no final da década de 1990, quando ficou claro que o trabalho de Foucault sobre poder e governamentalidade era de grande interesse para os cientistas sociais, e sua abordagem do neoliberalismo era complexa e uma promissora ferramenta analítica para compreender as transformações políticas e sociais contemporâneas. Em 2005, quando recebi um convite para escrever sobre Foucault para uma grande coleção sobre “sociólogos-chave”, entendi que ele tinha finalmente ultrapassado a condição de *persona non grata* para a condição de referência clássica inevitável nas ciências sociais.

Hoje, em comparação com a década de 1990, a situação é completamente inversa, e o interesse pela noção de governo foi de fato decisivo nesse processo. Se Foucault era uma referência negativa naqueles anos, agora sua obra parece ter uma expressão universal, útil para responder qualquer indagação de pesquisa que vocês possam imaginar. Essa moda teórica tem um lado negativo, contudo. O uso inflacionado da “caixa de ferramentas” foucaultiana arrisca solapar seu caráter distintivo e produtivo, além de ter ocasionado o que Tom Osborne [2004] chamou de “indústria da governamentalidade”. Osborne se referia ao debate internacional e ao enorme interesse pelos “estudos de governamentalidade” no mundo anglo-americano, tendência também visível na Alemanha. Muitos estudos apontam as mesmas estratégias e tecnologias para uma variedade infinitamente crescente de objetos e áreas de pesquisa: formas indiretas de governo como, por exemplo, empoderamento [*empowerment*] ou ativação [*activation*], em vez de intervenção direta; concentração na responsabi-

lização e na gestão do risco; desenvolvimento de modos empreendedores de ação e organização, e assim por diante.

O leitor parece saber de saída o que se lerá. Como resultado, descobertas surpreendentes, derivadas de dados empíricos e do material de pesquisa, são, com efeito, descartadas. À trivialização da teoria, assistimos a uma supervalorização sistemática do conceito. Enquanto Foucault construía seus instrumentos analíticos em diálogo com os objetos históricos que ele estava estudando concretamente (loucura, delinquência, sexualidade etc.), sem apresentar uma “teoria geral”, a governamentalidade em alguns de seus trabalhos tornou-se uma espécie de metanarrativa, que pode ser utilizada para qualquer objeto de investigação – sem que ela mesma tenha necessidade de correção ou desenvolvimento adicional.

Em suma, temos um balanço heterogêneo: se grande parte da hostilidade que caracterizou a recepção da obra de Foucault até os anos de 1990 na Alemanha praticamente desapareceu, ela serve frequentemente como um *passe-partout* teórico para metas e objetos arbitrários de pesquisa. No entanto, a produtividade e o potencial crítico de sua obra dependem do fato de sermos ou não capazes de integrar ideias e conceitos inovadores e nos abirmos para novos métodos e questões de pesquisa.

Ainda que Foucault tenha assumido por diversas vezes a partir de meados da década de 1970 e início dos anos de 1980 que seu trabalho tinha uma grande proximidade com os escritos dos membros da Escola de Frankfurt, há ainda muitos intelectuais que tendem a considerá-los completamente apartados e até mesmo irreconciliáveis. Tendo trabalhado, por assim dizer, nos dois lados da equação, como você vê essa relação?

Na sua obra tardia, Foucault ressaltou por diversas vezes os paralelos de seu trabalho com a tradição da Escola de Frankfurt. Ele enxergava o principal aspecto compartilhado entre eles na questão de como a razão é conectada a formas de dominação, dogmatismo e despotismo. Mas embora este seja um ponto importante de convergência, há, por outro lado, algumas “incompatibilidades” [Foucault, 1991, p. 124], que resultam em diferentes conceitos de subjetividade e racionalidade. O próprio Foucault destacou dois aspectos em que ele difere da tradição frankfurtiana da teoria crítica. Em primeiro lugar, ele critica o fato de que os maiores representantes da Escola de Frankfurt concebem um processo de racionalização global e homogêneo, enquanto ele estaria centrado na análise de experiências específicas de sexualidade, delinquência e loucura. Em segundo lugar, Foucault acreditava que os teóricos da Escola de Frankfurt reforçavam um conceito filosófico tradicional de sujeito para criticar processos de alienação com base em uma ideia estável de natureza humana. Sem dúvida, essa avaliação assenta-se em uma leitura seletiva e

superficial dos trabalhos heterogêneos e plurais da Escola de Frankfurt (termo geral ao qual falta precisão).

Creio que é absolutamente legítimo apontar as diferenças importantes entre as análises de Adorno e Horkheimer, de um lado, e dos escritos de Foucault, de outro, mas frequentemente isso é feito para desqualificar a perspectiva crítica de Foucault ou para demonstrar o quão fora de moda e ultrapassado é o trabalho da Escola de Frankfurt. Como consequência, a complexidade e a especificidade das diferentes perspectivas tendem a ser apagadas, na medida em que servem como escolhas intelectuais opostas e polos antagônicos. Divergindo dessas abordagens dominantes, estou convencido de que uma aproximação mais produtiva é pertinente e necessária. Parece-me ser possível refletir sobre elementos da “teoria tradicional” inseridos nos escritos da Escola de Frankfurt. Ao mesmo tempo, acho também que a perspectiva genealógica de Foucault pode se beneficiar dos *insights* da “dialética da razão” e da incorporação de uma natureza não humana na análise crítica das formas de dominação e poder.

Por trabalhar com a obra de Foucault em Frankfurt e por ser membro do Instituto de Pesquisa Social, eu talvez esteja predisposto a seguir nessa direção. Como disse no início desta entrevista, foi seguindo meus interesses originais pela Escola de Frankfurt que abracei a obra de Foucault sobre poder e governo. Devo dizer que este foi um processo particularmente difícil para mim e repleto de tensões, uma vez que provocou a necessidade de superar premissas e proposições que eu tomava por certas naquela época. De fato, acho que não estamos apenas diante do conflito entre teoria tradicional e teoria crítica; precisamos também estar atentos para os elementos tradicionais em nossa teoria crítica para compreender melhor e ir além das formas contemporâneas de governo.

Tem havido uma grande comoção em torno de uma série particular de palestras de Foucault: O nascimento da biopolítica. Nesse sentido, foi criado até mesmo um campo de pesquisa intrinsecamente relacionado com o tema chamado de “estudos de governamentalidade”. Como você enxerga a análise de Foucault sobre o neoliberalismo – forjada quando o neoliberalismo ainda não se mostrava como uma tendência global, nos anos de 1978 e 1979 – atualmente?

O crescimento dos estudos de governamentalidade desde o início dos anos de 1990 pode ser lido como uma resposta às formas dominantes de analisar e criticar o neoliberalismo. Esse fenômeno expressa uma insatisfação profunda com o modo pelo qual o governo neoliberal tem sido concebido e com as soluções advindas dessa análise. De maneira muito esquemática, podemos discernir três grandes linhas de análise que

foram compartilhadas em um amplo espectro – de sociólogos como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu a formuladores da teoria marxista, até mesmo com posições políticas e teóricas consideravelmente divergentes. Em primeiro lugar, o neoliberalismo foi tratado como um “conhecimento errado”, manipulador da sociedade e da economia, que deveria ser substituído por um conhecimento “emancipatório” ou científico. Com frequência, a crítica converge para as “contradições inerentes” ou para a “teoria defeituosa” do neoliberalismo, a qual – como foi argumentado – não poderia suportar a luz das “verdadeiras” leis da sociedade e os mecanismos “reais” da política: neoliberalismo como uma ideologia.

Em segundo lugar, os críticos viram no neoliberalismo a extensão da economia ao domínio da política, o triunfo do capitalismo sobre o Estado e uma globalização que escapa às regulações do Estado-nação. O diagnóstico foi seguido de uma terapia adequada. A estratégia (defensiva) tinha como objetivo “civilizar” um capitalismo “bárbaro”, que estava fora de controle, e a ênfase foi colocada novamente na regulação e no aterramento: neoliberalismo como uma realidade econômica.

A terceira linha de crítica foi erigida contra os efeitos destrutivos do neoliberalismo nos indivíduos e na sociedade como um todo. O espectro crítico inclui a desvalorização das experiências tradicionais que o neoliberalismo promove, o processo de individualização, colocando em perigo os laços coletivos e os imperativos da flexibilidade, da mobilidade e do risco que ameaçam os valores familiares e os laços emocionais: neoliberalismo como “anti-humanismo” prático.

Se essas três formas de crítica tiveram efeitos importantes no governo neoliberal, elas constituíram, ao mesmo tempo, certo paradoxo, pois levaram a cabo uma crítica do neoliberalismo contando com os mesmos dualismos conceituais que eram objeto de sua atenção crítica. Ao confrontar conhecimento e poder, Estado e economia e subjetividade e política, elas ignoraram o papel que esse dualismo exerce nas sociedades contemporâneas. A contribuição crítica do conceito de governamentalidade para o estudo do neoliberalismo reside precisamente em superar esses dualismos, tentando analisá-los de acordo com o que Foucault chamou uma vez de “regra da imanência” [Foucault, 1980, p. 98].

Junto com meus colegas e amigos Susanne Krasmann e Ulrich Broeckling publiquei alguns livros para explorar o potencial crítico e analítico da noção foucaultiana de governo e os chamados “estudos de governamentalidade” à luz das crises e dos desafios contemporâneos [Broeckling *et al.*, 2000; 2004]. Em nossa publicação mais recente [Broeckling *et al.*, 2011], identificamos cinco “princípios metodológicos” que caracterizam essa perspectiva analítica e que vão muito além do estudo do “neoliberalismo” (um rótulo que de modo algum esgota as racionalidades políticas frequentemente conflituosas e complementares do presente). Vou mencioná-las rapidamente.

Em primeiro lugar, afirmamos que os estudos de governamentalidade não operam com dicotomias como poder e subjetividade, Estado e sociedade, estrutura e ação, ideias e práticas, mas buscam as amarras sistemáticas entre formas de racionalidade e tecnologias de governo.

Em segundo lugar, essa perspectiva analítica segue o princípio de uma “análise ascendente” [Foucault, 1980, p. 99], que começa com padrões de racionalidade e práticas governamentais locais. A consequência disso é que conceitos teóricos globalizantes como “sociedade do risco”, “neoliberalismo” e “Estado” não é o ponto de partida, mas, no máximo, o ponto de chegada da análise. Para retornar à sua questão, isso significa que não há uma única e específica governamentalidade. Os estudos nessa área buscam explicar, por exemplo, como o modelo do empresário de si está ligado à teoria do capital humano de modo elementar e como esse modelo é difundido e se torna hegemônico nos regimes atuais de subjetivação [Broeckling, 2007].

A terceira virtude analítica dos estudos de governamentalidade é a inauguração de um campo político-epistemológico que Foucault definiu como “política da verdade”. Ao contrário da crítica da ideologia, as ideias ou as teorias não são descritas com base em uma distinção entre verdadeiro e falso e não implicam uma oposição entre poder e conhecimento. Em vez disso, de um lado, são investigadas as operações discursivas, as posições dos falantes e os mecanismos institucionais por meio dos quais as reivindicações de verdade são produzidas e, de outro, são analisados os efeitos de poder que estão atrelados a essa verdade.

Em quarto lugar, essa concepção enfatiza o aspecto tecnológico de governo. Os estudos de governamentalidade não compreendem tais tecnologias como expressões de relações sociais, nem, inversamente, a sociedade é vista como um resultado de fatores tecnológicos determinantes. Antes, o que está em jogo aqui é um complexo de processos práticos, instrumentos, programas, cálculos, medidas e aparatos que tornam possível construir e controlar formas de ação, estruturas de preferência e premissas para decisões de agentes sociais, tendo em vista certos fins [Miller e Rose, 2008, pp. 61-68; Ina, 2005, pp. 9-10].

Em quinto e último lugar, os estudos de governamentalidade centram-se em uma análise do político. Em contraste com uma sociologia política ou uma ciência política que presume seus objetos como um dado, a preocupação aqui é com as maneiras pelas quais o reino do político é produzido. O foco recai em como divisões e distinções são estabelecidas, por exemplo, entre interesses públicos e a esfera privada; como os problemas são considerados políticos e as soluções possíveis são conceitualizadas; como sujeitos são invocados como autônomos, emancipados, responsáveis cidadãos em tecnologias de governo, que desdobram seus efeitos ininterruptamente por campos geralmente distintos do Estado, da sociedade e da economia. Os estudos

de governamentalidade não assumem que tudo é uma atividade política, mas que as atividades políticas também não são redutíveis à trindade *política, políticas, governo* [*politics, policy and polity*].

Penso que essa grade analítica ainda é muito útil para analisar as formas contemporâneas de governo, na medida em que acopla aspectos de conhecimento, estratégias de poder e tecnologias de si, permitindo uma consideração abrangente das transformações políticas e sociais em curso.

Sabemos que você está na Austrália para escrever um livro novo. Você poderia comentar esse trabalho e seus projetos recentes?

Trata-se de uma nova abordagem e de uma mudança recente de ênfase nas humanidades e nas ciências sociais. Observamos que coisas, artefatos e objetos estão sendo cada vez mais debatidos e conceitualizados de maneira inédita. Sejam células-tronco, computadores ou a internet, tudo isso é visto como um híbrido entre matéria morta e seres vivos, entre o fatural e o normativo. Esse “novo materialismo” estende os conceitos de auto-organização e de agência, que tradicionalmente foram reservados para os seres humanos e para entidades não humanas.

Estou interessado em explorar, de um lado, as diferenças entre esse novo materialismo e suas versões anteriores e, de outro, as tensões teóricas não resolvidas e as ambiguidades conceituais dessa perspectiva de pesquisa. No entanto, meu objetivo é, no final, atingir mais do que a compilação de um inventário crítico do interesse atual na matéria e na materialidade. Minha tese é que, dentro da ideia de um “governo das coisas”, que aparece na obra de Foucault, há também elementos de um conceito de materialismo pós-humanista e relacional, que poderia ser utilmente desenvolvido para confrontar a crise econômica e ambiental que estamos enfrentando [Lemke, 2014]. Nesse sentido, não existem “coisas” com fronteiras fixas e propriedades estáveis, “coisas como tal”, mas, ao contrário, as coisas são criadas apenas por meio de relações interativas, e a agência humana depende inteiramente de certas condições habilitantes, de dispositivos e arranjos materiais. O livro considerará e expandirá essa perspectiva informada historicamente e orientada empiricamente, deslocando-a na direção daquilo a que Foucault se refere como “intricação entre homens e coisas”. Para isso, pretendo identificar ligações sistemáticas entre a analítica do governo de Foucault e *insights* dos estudos de ciência e tecnologia. A proposta conceitual de um “governo das coisas” evita a compreensão estreita de um conceito de governo focado puramente em seres humanos e, além disso, visa a contribuir substancialmente para uma análise materialista de processos e estruturas políticas.

Referências Bibliográficas

- BRÖCKLING, Ulrich (2007) *Das unternehmerische Selbst. Soziologie einer Subjektivierungsform*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- _____. *et al.* (eds.). (2000), *Gouvernementalität der Gegenwart. Studien zur Ökonomisierung des Sozialen*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- _____. *et al.* (eds.). (2004), *Glossar der Gegenwart*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- _____. *et al.* (eds.). (2011), *Governmentality: current issues and future challenges*. Nova York/Londres, Routledge.
- FOUCAULT, M. (1980), *The history of sexuality, vol. 1. An introduction*. Nova York, Vintage.
- _____. (1991), *Remarks on Marx: conversations with Duccio Trombadori*. Nova York, Semiotexte.
- FRANK, M. (1983), *Was ist Neostukturalismus?* Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1985), *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- INDA, J. X. (ed.). (2005), *Anthropologies of modernity: Foucault, governmentality and life politics*. Londres, Blackwell.
- LEMKE, T. (1997), *Eine Kritik der politischen Vernunft: Foucaults Analyse der modernen Gouvernamentalität*. Hamburgo/Berlim, Argument.
- LEMKE, T. (1999), "The critique of the political economy of organization as a genealogy of power". *International Journal of Political Economy*, 29 (3): 53-75.
- _____. (2011), "Critique and experience in Foucault". *Theory, Culture & Society*, 28 (4): 26-48.
- _____. (2013), *Perspectives on genetic discrimination*, Nova York/Londres, Routledge.
- _____. (2014), "New materialisms: Foucault and the 'government of things'". *Theory, Culture & Society*, 32 (4): 3-25.
- MILLER, P. & ROSE, N. (2008), *Governing the present: administering economic, social and personal life*. Cambridge, Polity.
- OSBORNE, T. (2004), "Techniken und Subjekte: Von den 'Governmentality Studies' zu den 'Studies of Governmentality'". In: PIRCHER, W. & REICHERT, R. (eds.). *Governmentality Studies. Selbst. Analysen liberal-demokratischer Gesellschaften im Anschluss an Michel Foucault*. Münster, Lit.

Texto recebido em 18/7/2016 e aprovado em 10/1/2017. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.117787.

EDUARDO A. C. SANTOS é doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisador visitante na Universidade de Duke, Estados Unidos. Bolsista do CNPq. E-mail: eduardo.altheman@gmail.com.

BRUNA DELLA TORRE DE CARVALHO LIMA é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora visitante na Universidade de Duke, Estados Unidos. Bolsista da Capes. E-mail: bru.dellatorre@gmail.com.

